

ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO: DAS ORGANIZAÇÕES MILITARES ÀS MISSÕES DE PAZ

JORDANA FOIATTO¹; LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN²;

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – jordanafoiatto@gmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – luballestra@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A teoria feminista de Relações Internacionais (RI) ganhou espaço na disciplina a partir da década de 1980, diante do processo de abertura iniciado pela teoria crítica que facilitou a introdução de novas formas de conhecimento, além daquelas tradicionais – principalmente realismo e liberalismo – que adotaram exclusivamente metodologias positivistas em suas análises. Nessa área, a segurança internacional sempre foi um dos principais temas discutidos, haja vista que o impulso para criação da disciplina encontrou respaldo no desejo dos estudiosos de encontrar meios para prevenir a eclosão de novas guerras.

Nesse sentido, a teoria feminista contemporânea de RI é entendida como multidisciplinar, afinal, sua fonte pode ser tanto as ciências naturais e humanas, assim como a filosofia. Considera-se que tal abordagem é amplamente tributária de um arcabouço teórico desenvolvidos em outras áreas das ciências humanas (COSTA, SELIS e SOARES, 2009). Apesar do termo “teoria feminista” ser usado no singular, cabe salientar que existe uma gama de vertentes que compõem essa terminologia. O grande diferencial da produção feminista contemporânea das RI é a aplicação da variável “gênero” como categoria de análise. O trabalho de teóricas pioneiras tais como Elshtain (1987), Enloe (1989) e Tickner (1992) foi fundamental para introdução dos assuntos de gênero nas questões de paz, conflito e política internacional (SKJELSBÆK, 2001).

Argumenta-se que no âmbito da segurança internacional, os estudos de gênero são de extrema relevância, tendo em vista que a história das mulheres – apesar da sua atuação plural e histórica nos conflitos armados, inclusive como combatentes – foi invisibilizada nas narrativas de guerra de modo geral. Ademais, as teóricas feministas contemporâneas investigam a construção das noções de “masculinidade” e “feminilidade” que permeiam e caracterizam os processos oriundos da configuração da segurança internacional. De acordo com as mesmas, a guerra não é inevitável – como apontavam os clássicos –, mas, sim, uma construção como meio de atingir determinados interesses inter-estatais.

Assim, nesse sistema de guerra ocidental, os homens – especialmente os brancos e heteronormativos – são considerados aptos para planejar, conduzir e narrar guerras, enquanto as mulheres ocidentais são consideradas bonitas, suaves e maternais para serem, seguramente, nada mais do que as receptoras dos contos de guerra (SYLVESTER, 2001). Independentemente dos papéis que homens e mulheres assumam, de fato, nas guerras, eles têm sido associados com poderosos arquétipos. Por um lado, o homem é considerado o guerreiro que luta bravamente para garantir a proteção dos grupos vulneráveis, sendo assim, é associado a atributos valorizados na área da segurança como coragem, racionalidade e força. Enquanto as mulheres, geralmente, ficam restritas ao aspecto pacífico e maternal “natural” que as mantém como seres necessitados de proteção. Esses arquétipos são reforçados por uma série de dicotomias hierárquicas de gênero que, por muito tempo, serviu como apoio e justificativa

para o militarismo e a guerra: paz/guerra, forte/fraco, protetor/protegido, ativo/passivo, bravo/covarde, entre outros (DUNCANSON, 2007).

Observa-se, então, que a dinâmica da segurança internacional é responsável por criar identidades específicas que legitimam e reforçam papéis de gênero que, frequentemente, são reproduzidos como naturais, fixos e imutáveis. Tais dicotomias abrem espaço para a criação de um tipo ideal de masculinidade que perpassa os âmbitos da segurança, também chamado de “masculinidade hegemônica”. Tal conceito foi desenvolvido por Connel (1995), que o define como um conjunto de normas e práticas associadas com os homens presentes em poderosas instituições sociais. Segundo Goldstein (2001), a guerra diz respeito ao espaço em que os homens aprendem a ser “homens” – baseados no modelo ideal da masculinidade hegemônica –, ao mesmo tempo em que discursos sobre o papel feminino são produzidos. A partir da categoria analítica de gênero, fica explícito que a construção da masculinidade hegemônica, ao mesmo tempo, promove uma organização particular de ordem política e reforça relações desiguais entre homens e mulheres, a fim de promover a legitimação da autoridade masculina (TICKNER, 1992).

Diante disso, o objetivo dessa pesquisa consiste em analisar o processo de construção das noções de “masculinidade” e “feminilidade” no interior das organizações militares – âmbitos masculinizados por excelência, que estão gradualmente incorporando mulheres em suas ações – e quais seus efeitos na capacitação dos militares enviados para as missões de paz da ONU. Dessa forma, a problemática consiste em responder, de acordo com a teoria feminista contemporânea de RI: como a construção dos estereótipos de gênero, nas organizações militares, influencia no treinamento do pessoal enviado para as missões de paz?

2. METODOLOGIA

A pesquisa está ancorada em uma abordagem qualitativa, já que não serão aplicados procedimentos estatísticos ou qualquer outro tipo de quantificação. Utilizou-se, principalmente, o método procedimental bibliográfico, tendo em vista que a intenção do presente trabalho foi a realização de uma revisão bibliográfica da teoria feminista contemporânea das RI sobre a presente temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração que a cultura organizacional dos exércitos é altamente gendrada (CONNELL, 2000), defende-se que olhar para as instituições militares a partir da perspectiva de gênero permite analisar, detalhadamente, como as noções de masculinidade são criadas e operadas em conformidade com a desvalorização dos atributos associados ao “feminino”. Além disso, justifica-se a análise de gênero nas organizações militares a partir da perspectiva elaborada pela teórica Mady Segal (1999), a qual afirma que “as Forças Armadas talvez sejam a mais masculina de todas as instituições sociais”. Apesar de não ser um fato universal, é notável que, ao longo do tempo e em diferentes espaços, as organizações militares delimitam as bases dos rituais tradicionais para a construção das masculinidades – tal cenário é típico do mundo ocidental. Nesse sentido, verifica-se que “o treinamento militar é um período crítico na vida de um homem, pois é o momento em que o mesmo rompe com sua identidade civil e reconstrói um novo indivíduo como soldado” (MCMANNERS, 1993).

Como exposto no clássico de Janowitz (1967), para tornar-se um profissional das armas, o soldado deve deixar de ser um indivíduo para transformar-se em um ser, cuja identidade é delimitada pela instituição; ademais todo o aprendizado do soldado envolverá a criação dessa nova identidade. Ademais, de acordo com Carreiras (2007), “tradicionalmente, o serviço militar funcionou como um rito de passagem para a idade adulta, mas também como ritual de diferenciação entre masculino e feminino, cuja oposição alimenta muitas tensões no centro do imaginário militar”.

Mesmo com muitos entraves para sua participação, aos poucos, as mulheres vêm conquistando espaço na esfera militar. De qualquer forma, as organizações militares continuam sendo dominadas primordialmente por homens e, por isso, a falta de identificação da mulher com o sujeito militar é regra nesses espaços, haja vista que as atividades militares ainda são naturalizadas como sendo tipicamente masculinas. Além disso, apesar das dificuldades no processo de inserção e socialização nas Forças Armadas, as mulheres também estão cada vez mais presentes nas missões de paz, juntamente com a grande maioria de homens envolvidos nessas operações.

A socialização e o treinamento militar tradicional, bem como o padrão da masculinidade hegemônica difundido na esfera militar, reverberam nesse “novo” modelo de intervenção. Observa-se que, ao mesmo tempo em que as missões da ONU são designadas para proteção e manutenção da paz em um determinado território, elas também são amparadas por soldados treinados com base no modelo tradicional e “masculinizado” de combate. Assim, como *peacekeeper*, um soldado supostamente deveria ser altruísta, neutro e capaz de resolver conflitos em qualquer conjectura cultural, contudo, sua base permanece sendo o treinamento militar e a cultura predominante consiste em aprender a ser durão, a desumanizar o inimigo e estar apto para usar uma força esmagadora (DUNCANSON, 2007). Além disso, as atividades dessas operações – por não envolverem combate direto e por promoverem relações de paz –, frequentemente, são associadas diretamente com o “feminino”, contudo, é interessante observar que de igual modo, as mulheres continuam sendo minoria nesses espaços. Constatou-se, então, que os estereótipos de gênero são reproduzidos na configuração das missões de paz da ONU, como ocorre nas organizações militares, mas sob diferentes vieses.

4. CONCLUSÕES

A partir da presente revisão teórica, constatou-se que apesar da “nova roupagem” das operações de manutenção da paz da ONU, essas missões têm a tendência de continuar reproduzindo a mesma mentalidade tradicional orientada para combate, a qual mantém os estereótipos ligados aos papéis de gênero (SION, 2009). Outro fato é de que, mesmo que essas missões sejam associadas com características julgadas como inerentemente femininas, o número de mulheres presentes nessas operações ainda é muito reduzido. Quanto a configuração da masculinidade hegemônica, verifica-se que a mesma continua a ser reproduzida nesse âmbito, contudo, o tipo ideal do “soldado guerreiro e herói” nesse meio é reproduzido como um “soldado da paz” que luta pelos Direitos Humanos. Concorde-se, então, com Duncanson (2009) que argumenta existir uma “nova forma de masculinidade hegemônica” no campo das operações de paz.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CONNELL, R.. **Masculinities**. Cambridge, UK: Polity Press, 1995.

DUNCANSON, C.. **Forces for Good?** Narratives of Military Masculinity in Peacekeeping Operations. *International Feminist Journal Of Politics*, [s.l.], v. 11, n. 1, p.63-80, mar. 2009.

DUNCANSON, C.. **Forces for Good?** British Military Masculinities on Peace Support Operations. 2007. 250 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade de Edimburgo, Edinburgh, 2007.

ELSHTAIN, J. **Women and War**. New York: Basic Books, 1987.

ENLOE, C.. **Bananas, Beaches and Bases**: Making Feminist Sense of International Politics. 2. ed. Berkeley And Los Angeles, California: University Of California Press, 1989. 429 p.

GOLDSTEIN, J.. **War and Gender**: How Gender Shapes the War System and Vice Versa. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. 523 p.

JANOWITZ, M. **O soldado profissional**: um estudo social e político. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1967.

MCMANNERS, H. **The Scars of War**. London: Harper Collins, 1993.

SEGAL, M. W.. **Gender and the Military**. In: CHAFETZ, J. S. (ed.). *Handbook of the Sociology of Gender*. New York: Kluwer Academic/Plenum Publishers, 1999.

SION, L.. **Can Women Make a Difference?** Female Peacekeepers in Bosnia and Kosovo. *Commonwealth & Comparative Politics*, [s.l.], v. 47, n. 4, p.476-493, nov. 2009.

SKJELSBÆK, I.; SMITH, D.. **Gender, Peace and Conflict**. Londres: Sage Publications, 2001. 239 p.

SYLVESTER, C.. **Feminist International Relations**: An Unfinished Journey. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2004. 369 p.

TICKNER, J. A.. **Gender in International Relations**: Feminist Perspectives on Achieving Global Security. Nova Iorque: Columbia University Press, 1992.